



Português Jurídico - Instituto Educere

TURMA 2/2022

Magistradas(os) e Servidoras(es)

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região oferece o curso **“Português Jurídico”**, por meio da modalidade a distância, desenvolvido pelo Instituto Educere, em consonância com o que determina o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), acerca da capacitação de magistrados e servidores.

IMPORTANTE: alunas(os) formadas(os) em edições anteriores não poderão realizar o curso novamente

PÚBLICO-ALVO

- * Magistradas e magistrados do TRT15 (que ainda não tenham realizado este curso).;
- * Magistradas e magistrados de outros Tribunais;
- * Servidoras e servidores do TRT15, integrantes do Programa de Formação Inicial da Escola Judicial (início de exercício no Tribunal a partir do 2º semestre de 2021);
- * Demais servidoras e servidores (que ainda não tenham realizado este curso).

Observação: com relação aos demais Tribunais, as inscrições serão consideradas por ordem de preenchimento do formulário e será contemplada somente uma vaga por Regional.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO

De: 8 de agosto a 16 de setembro de 2022

PERÍODO DE PRÉ-INSCRIÇÕES

De 13 a 21 de junho de 2022 (ou enquanto houver vagas) - por meio de formulário *Google* (*link* ao final deste documento).

A lista de magistrados e servidores devidamente inscritos será divulgada na Intranet do site do Tribunal (em Comunicados da Administração). No caso de magistradas(os) de outros Regionais, receberão a confirmação da inscrição e orientações no e-mail registrado na pré-inscrição, após o fim do período de registros.

CARGA HORÁRIA

60 horas-aula (seis semanas de duração).

NÚMERO DE VAGAS

107 vagas, assim distribuídas:

Turma 2:

18 para magistradas(os)

10 para magistradas(os) de outros TRTs

79 para servidoras(es)

CONTEUDISTA E TUTOR

Professor Marcelo Paiva – Diretor do Instituto Educere, mestre em Linguística e pós graduado em Português Jurídico e Direito Público.

OBJETIVO

Ao final do curso, os alunos deverão ser capazes de redigir e interpretar textos jurídicos em suas áreas de atuação com linguagem adequada, coerente e padronizada de acordo com as recomendações normativas da própria instituição.

PROGRAMA RESUMIDO

A linguagem jurídica

- A importância da linguagem na atividade jurídica;
- Padronizações e normatizações;
- Estrutura de texto jurídico;
- Linguagem jurídica: expressões e vocabulário;
- Termos jurídicos;
- Texto Jurídico;
- Erros de preciosismo, rebuscamento ou coloquialismo;
- Dúvidas comuns no uso adequado de expressões jurídicas.

Competência textual

- Qualidades e defeitos de um texto;
- Clareza, coesão, coerência, objetividade e concisão;
- Princípios de um texto adequado;
- Diferentes estruturas de argumentação;
- Linguagem adequada em órgãos públicos;
- Organização do pensamento;
- Aspectos gramaticais relacionados à linguagem jurídica;
- Principais erros lógicos e estruturais.

MODELO E FORMATO DO CURSO

O curso, totalmente virtual, será disponibilizado na plataforma do Instituto Educere, e poderá ser realizado conforme a disponibilidade do aluno. Em todos os módulos, haverá o acompanhamento do professor/tutor, disponível para solucionar dúvidas e esclarecer dificuldades dos participantes. No ambiente virtual, os alunos encontrarão, ainda, agenda, enquête, guia do participante, apresentação, webmail, biblioteca, atividades, relatórios de sua participação, etc. Todo o conteúdo do curso ficará disponível também em PDF para participantes interessados em baixar e gravá-lo em no computador particular.

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Para concretizar a pré-inscrição, a interessada(o) deverá concordar com o **Termo de compromisso**, qual seja: se não concluir o curso com êxito, ou desistir sem motivo expressamente justificado, deverá ressarcir o importe que o Tribunal investiu no aperfeiçoamento - R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) por aluna(o).

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E APROVEITAMENTO

Serão aprovados as(os) alunas(os) que participarem, no mínimo, de 75% das atividades obrigatórias propostas na plataforma e nota final com média aritmética mínima de 7 pontos, considerando-se as duas avaliações cognitivas que serão indicadas.

Ao final do curso, será solicitado que preencham a Avaliação de Reação (não-avaliativa), registrando aspectos como experiência, impressões e sugestões sobre a capacitação, cujos resultados subsidiarão o constante aprimoramento das ações oferecidas pela Escola Judicial.

IMPORTANTE: SERVIDORES

No caso de servidores: saliente-se que caso esteja participando de outro(s) curso(s) a distância, no mesmo período, deve ser observada a carga horária máxima de capacitação permitida por dia, para fins de averbação, estabelecida pela Resolução 196/2017 do CSJT, conforme artigo descrito abaixo:

Art. 25. Para os eventos de capacitação realizados com a metodologia a distância, a carga horária diária não poderá exceder 8 (oito) horas-aula, devendo constar no certificado a data de início e fim do curso.

§ 1º No caso de realização de dois ou mais cursos a distância em períodos concomitantes, a soma da carga horária não poderá ultrapassar a carga horária diária máxima a que se refere o caput deste artigo.

Ainda, em atendimento ao disposto no §2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT:

§ 2º Não poderão participar de ações de capacitação de que trata esta Resolução os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96 e 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 202, 207, 208, 210 e 211, todos da Lei nº 8.112/90.

CERTIFICADO

O certificado poderá ser emitido na plataforma do Instituto Educere, pelo aluno aprovado. A averbação do curso será providenciada pelo TRT15, mediante certidão de aprovados enviada pelo Instituto.

AVERBAÇÃO

Servidores: após envio da lista de aprovados à Escola Judicial pela empresa contratada, a relação de nomes será encaminhada para averbação à Área de Concursos e Avaliação de Desempenho, da Secretaria de Gestão de Pessoas do TRT15. A relação de cursos averbados (servidores) pode ser consultada na Intranet / Serviços ao usuário / Portal de autoatendimento / Cursos e qualificações.

Magistrados: após envio da lista de aprovados à Escola Judicial pela empresa contratada, a averbação das horas-aula como ação formativa será providenciada pela Escola Judicial.

PARA REALIZAR A PRÉ-INSCRIÇÃO

Acesse o [link do formulário de pré-inscrição](#)